

INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE

Termo de Referência 301/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
301/2025	158125-INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE	MARIO FELIPE CIPRIANO BORGES DA COSTA	09/02/2026 10:47 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	602/2025	23476.001070/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23476.001070/2025-51)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação empresa especializada em *serviços comum de engenharia* de readequação e execução do projeto de prevenção e proteção contra incêndios (PPCI) **do IFC campus - São Francisco do Sul**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
01	Execução do serviço de instalação de um novo sistema sistema de Hidrante para combate a incêndio, com a readequação do do atual projeto aprovado no corpo de Bombeiro do Estado de Santa Catarina, e retirada do atual sistema de Hidrante para combate de incêndio que esta inoperante. Conforme, projeto aprovado no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina e projeto do IFC.	21822	Serviço	01	R\$ 135.994,12
02	Execução do serviço de instalação de um novo sistema de Alarme de combate a incêndio, com a readequação projeto aprovado no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina, e projeto do IFC, assim como a retirada do atual sistema do campus que está inoperante. Conforme, projeto aprovado no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina e projeto do IFC.	21822	Serviço	01	R\$ 51.014,74
03	Execução do serviço de instalação e substituição dos antigos Guarda-Corpo e Corrimão. Conforme, projeto aprovado no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina e projeto do IFC.	22799	Serviço	01	R\$ 172.004,96

				VALOR TOTAL	R\$ 359.013,82
--	--	--	--	-------------	----------------

1.2. Foram considerados os valores **DESONERADOS** para formação de preços.

1.3. Para fins de dimensionamento da proposta, em caso de divergências entre o Termo de Referência e os anexos, prevalecerão as especificações contidas na planilha SINAP, o Projeto Executivo e o Projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) **meses** contados do(a) **da ordem de serviço emitida pela instituição**, podendo ser prorrogável até o término da execução do serviço a critério da administração na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [10635424000186-0-000001/2025];
- II) Data de publicação no PNCP: [30/04/2024,];
- III) Id do item no PCA: [2430, 2431 e 2432];
- IV) Classe/Grupo: [872 e 873];
- V) Identificador da Futura Contratação: [158125 - 602/2025];

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. O Sistema de Alarme e detector de incêndio;

3.1.1 O IFC - campus São Francisco do Sul possui atualmente um projeto aprovado no corpo de bombeiros de Santa Catarina;

3.1.2. A central de alarme deve ser do tipo endereçável;

3.1.3. Os detectores de incêndio e os acionadores manuais deverão ser identificados individualmente possibilitando assim a localização mais rápida do evento;

3.1.4. A central de alarme deve comportar até 125 dispositivos endereçáveis em seu laço e é responsável por gerenciar todo o sistema de detecção e alarme de incêndio;

3.1.5. A central de alarme de incêndio deve ser similar ao modelo da intelbras CIE 1125, <https://www.intelbras.com/pt-br/central-de-alarme-de-incendio-cie-1125> ;

3.1.6. A fonte de energia reservada da central deverá possuir autonomia mínima de 24 horas, em regime de supervisão;

3.1.7. Os acionadores manual e detectores devem ser instalados nas áreas comuns de acesso e/ou circulação, nos pontos indicados no processo aprovado no corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

3.1.8. Deverão ser instalados pelo menos 13 (treze) pontos de acionadores manual e 13 (treze) pontos de avisado de incêndio sonoro, os pontos estão indicados no processo aprovado no corpo de Bombeiros de Santa Catarina;

3.1.9. Deverão ser instalados no mínimo de 35 detectores de incêndio, os pontos estão indicados no processo aprovado no corpo de Bombeiros de Santa Catarina;

3.1.10. O cabo para Alarme de detecção de incêndio 1 x 4 x 1,5 mm², na cor vermelho.

3.1.11. O atual sistema está de Alarme de Incêndio do campus está inoperante por isso deverá ser substituído na sua totalidade, não poderão ser aproveitados cabos, conduíte, acionador, avisador sonoro e etc;

3.1.12. Os pontos em que o cabo do sistema não possa passar em eletroduto rígido fixado nas paredes, ele deverá passar em conduíte subterrâneo;

3.1.13. Deverá ser reassentado os pavimentos ou refeito piso das áreas em que necessite remoção para que o cabo passe nos conduíte subterrâneo;

3.1.14. Caso necessite fazer furos nas paredes eles nunca devem atravessar os elementos estruturais, apenas alvenarias;

3.1.15. Atual estrutura de calhas e conduíte rígido do campus somente pode ser utilizada com autorização da fiscalização do campus;

3.1.16. Deverá ser realizado reparos nas pinturas, e a limpeza da área de trabalho, para que fique, no mínimo igual, às condições encontradas antes de início da instalação.

3.1.17. Na execução do serviço deverá ser observado as descrições neste Termo de Referência, no projeto aprovado no corpo de Bombeiros de Santa Catarina e na legislação vigente.

3.1.18. A Contratada será responsável por todos os alvarás necessários para execução do serviço;

3.1.19. Deverá ser emitida a built de projeto, com a aprovação no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina;

3.1.20. Deverá ser emitida ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços.

3.1.21. O serviço será pago após execução do serviço. Conforme, cronograma físico financeiro.

3.2. Sistema de Hidrantes do campus para Combate de Incêndio;

3.2.1. O IFC - campus São Francisco do Sul possui atualmente um projeto aprovado no corpo de bombeiros de Santa Catarina.

3.2.2. Conforme projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, o nível da reserva técnica para combate a incêndio deverá ser aumentado dos atuais 10 m³ para 15 m³;

3.2.3. Para isso, deve ser elevado o nível de captação de água para consumo do campus em mais de 1 (um) metro de altura em relação ao ponto atual;

3.2.4. O projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina prevê a instalação de uma adaptação na parte interna do reservatório, elevando o nível de captação de água para consumo do campus e, conseqüentemente, aumentando a reserva técnica para combate a incêndio para 3,12 metros, atualmente ela está em 2,12 metros de altura;

3.2.5. O tubo dessa adaptação deverá possuir diâmetro idêntico ao da captação de água de consumo do campus;

3.2.6. É vedada qualquer perfuração na estrutura do castelo d'água ou elemento estrutural do campus;

3.2.7 O atual sistema de hidrante está inoperante, por isso não poderá ser reaproveitado, exceto as partes em que a tubulação conectar com os hidrantes do piso superior com o térreo do bloco administrativo que poderá ser aproveitada desde que essas partes tenha condição de uso, caso contrário deverá ser substituído;

3.2.8. A tubulação do novo sistema deverá ficar o mínimo possível subterrâneo;

3.2.9. Atualmente, a bomba do sistema de hidrantes está localizada no interior do castelo d'água; porém, o sistema encontra-se desativado e também incompatível com o projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina;

3.2.10. Devido a isso, será necessária a construção de uma casa de bombas, que deverá ser edificada próxima da parede do ginásio, mas perto do castelo d'água;

3.2.11. O radier da casa de bombas deverá ter espessura mínima de 10 cm, com ferragem em tela de aço, treliça H8 e vergalhões de 8 mm, utilizando concreto de boa qualidade, com resistência mínima de 30 MPa, respeitando as normas da NBR;

3.2.12. A largura externa da casa de bombas deverá ser, no mínimo, 172 cm, e o radier deverá ter 222 cm, de modo que as paredes não fiquem no limite do radie;

3.2.13. A largura interna mínima da casa de bombas deverá ser de 144 cm;

3.2.14. O comprimento externo deverá ser de 465 cm, e o radier, no mínimo, 515 cm, mantendo a mesma lógica estrutural;

3.2.15. A espessura mínima das paredes deverá ser de 14 cm, deve ter contra viga acima do vão da porta, e ferragem e colunas e atender as normas da NBR;

- 3.2.16. O piso deverá possuir acabamento liso e revestimento cerâmico;
- 3.2.17. Todas as paredes deverão ser rebocadas, aplicadas com fundo preparador, massa acrílica e pintura acrílica e respeitar as normas da NBR;
- 3.2.18. A altura interna mínima da casa de bombas deverá ser de 220 cm;
- 3.2.19. A porta e guarnição deverá ser do tipo alumínio, com dimensões mínimas de 1,20 m x 1,80 m;
- 3.2.20. A casa de bombas deverá possuir ponto de luz para iluminação do ambiente e ponto de tomada para eventual uso de equipamentos;
- 3.2.21. No local de instalação das bombas, deverá haver base de concreto de no mínimo 15 cm de altura em relação do piso acabado;
- 3.2.22. A laje de cobertura deverá ter uma espessura mínima de 10 cm, com ferragem em tela de aço, treliça H8 e vergalhões de 8 mm, utilizando concreto de boa qualidade, com resistência mínima de 30 MPa, com largura de 202 cm e comprimento de 515 cm, apresentando transpasse em todos os lados, exceto na parede de divisa com o ginásio;
- 3.2.23. A laje deverá atender todas as especificações e normas da NBR, e possuir inclinação mínima de 1% e ser impermeabilizada com manta asfáltica;
- 3.2.24. Na parte superior exposta da laje, deverá ser executado um contrapiso de proteção da manta de no mínimo 3 cm, seguido de nova camada de impermeabilização com argamassa polimérica, com aplicação de no mínimo três demãos do produto.
- 3.2.25. Em toda a extensão da laje, deverá ser instalada pingadeira junto a parede da divisa do ginásio;
- 3.2.26. A casa de bombas deverá possibilitar a exaustão dos gases da combustão da motobomba a gasolina;
- 3.2.27. O atual sistema de hidrantes encontra-se inoperante, devido à corrosão e fora das especificações do Corpo de Bombeiros, por isso não poderá ser reaproveitado;
- 3.2.28. Atualmente, a bomba de combustão está localizada dentro do castelo d'água, abaixo da reserva de combate a incêndio. Conforme o projeto aprovado, essa bomba deverá ser realocada;
- 3.2.29. Para isso, a atual bomba deverá ser retirada e adaptada à nova conexão da tubulação dentro do castelo d'água, deverá ter um registro e uma válvula de retenção vertical dentro do castelo d'água;
- 3.2.30. A tubulação do hidrante, na parte inferior do castelo d'água (antes do solo), deverá ser conectada à nova tubulação, a ser instalada pela CONTRATADA;
- 3.2.31. A tubulação antiga deverá ser abandonada na parte que está enterrada e removida na parte exposta, não podendo ser reaproveitada, exceto as partes em que a tubulação conectar com os hidrantes do piso superior com o térreo do bloco administrativo;
- 3.2.32. A nova tubulação deverá ter diâmetro de 2½" (duas polegadas e meia), em aço galvanizado DN 65, com pintura vermelha;
- 3.2.33. Todas as conexões da rede de hidrantes deverão ser rosqueadas, sendo vedado o uso de solda nas junções de tubos ou emendas entre a tubulação antiga e a nova;

3.2.34. Do castelo d'água até a casa de bombas, e do ponto do hidrante H11 até a caixa de hidrante de recalque (localizada na calçada da frente do campus), a tubulação deverá ser subterrânea; nos demais trechos, a tubulação deverá ser aérea e exposta, e com pintura na cor vermelha;

3.2.35. A tubulação subterrânea deverá ser instalada em vala com largura mínima de 65 cm e profundidade mínima de 70 cm;

3.2.36. No trecho de tubulação subterrânea deverão ser observado os passos a baixo:

3.2.37. Um berço de material selecionado de 10 cm de espessura, evitando contato direto com o solo;

3.2.38. O tubo de aço galvanizado ou PPR deverá ser envolto em neoprene ou material inerte, e posteriormente revestido com concreto de 30 MPa e espessura mínima de 10 cm;

3.2.39. O reaterro deverá ser executado em camadas de material de boa qualidade, com compactação mínima de 95%, aplicando:

- 30 cm de reaterro manual com compactação;
- Fita de advertência "Cuidado – tubulação enterrada";
- Depois mais uma camada final de 20 cm de reaterro de material de boa qualidade;
- Restauração do piso ou paver, mantendo o padrão original.

3.2.40 Na casa de bombas deverão ser instaladas três motobombas, sendo:

- Uma motobomba reserva a gasolina de 5,5 CV, com bacia de contenção e reservatório de combustível suficiente para operação mínima de 2 horas;
- Uma motobomba elétrica principal de 5,5 CV, similar ao modelo SH55 BPI-21, 2½";
- Uma motobomba Jockey de 1,5 CV, responsável por manter o sistema pressurizado.

3.2.41. O sistema deve operar automaticamente, sem necessidade de ação humana, conforme segue:

- A bomba Jockey deve entrar em funcionamento automaticamente ao detectar queda de pressão;
- Se a bomba Jockey não for suficiente para manter o sistema pressurizado, deverá entra em operação a bomba elétrica principal;
- Caso falte energia ou a motobomba elétrica principal não consiga manter o sistema pressurizado, ou a motobomba elétrica não entre em funcionamento, deverá entra automaticamente a motobomba reserva a gasolina.

3.2.42. As bombas principal e reserva, depois de ligadas só poderão ser desligadas manualmente;

3.2.43. A motobomba Jockey 1,5 Cv, deve desligar automaticamente caso o sistema volte a ficar pressurizado;

3.2.44. Desta forma, o sistema sempre deverá operar pressurizado;

3.2.45. O sistema deverá emitir alarme sonoro e visual na casa de bombas e na caixa de acionamento manual, localizada preferencialmente ao lado da central de alarme;

3.2.46. Deverá ser instalada caixa de acionamento manual das bombas, preferencialmente ao lado da central de alarme, com botões de acionamento manual, e sinalização luminosa e sonora ("bomba principal em funcionamento" e "bomba reserva em funcionamento");

3.2.47. A casa de bombas deverá possuir fonte de alimentação independente, garantindo funcionamento mínimo de 2 horas sem energia elétrica;

- 3.2.48. A bomba a combustão deverá possuir motor de partida e carregador automático de bateria, com escape de gases direcionado ao exterior, impedindo refluxo;
- 3.2.49. A motobomba a gasolina, deve ter um tanque e capacidade de ficar em operação por pelo menos 2 horas depois de acionada;
- 3.2.50. A motobomba a combustão deve possuir bacia de contenção com volume de 1,5 vez a capacidade do tanque instalado sob o tanque do motor a combustão;
- 3.2.51. O sistema deverá comutar a fonte de energia em até 12 segundos e entrar automaticamente em operação;
- 3.2.52. Na casa de bombas deverão ser instalados: 01 pressostato, 01 manômetro, 03 válvula de retenção vertical e tanque de pressão e 6 registros, o sistema deverá possibilitar caso necessite realizar manutenção de apenas uma bomba, e garantir que as demais continuem em funcionamento, também deve ter mais um registro que possibilite testa o funcionamento do sistema;
- 3.2.53. O painel de controle deverá ser instalado com eletrodutos rígidos de PVC antichama ($\frac{3}{4}$ "), fios antichamas de 2,5 mm², luminária de emergência e iluminação em material antichama;
- 3.2.54. Também deverá ser instalado na casa de bomba um painel de controle das bombas o qual deve ter a indicação de qual bomba esta desliga e qual está ligada, também deve ter botoeira para acionamento e desligamento manual das bombas.
- 3.2.55. O sistema deverá possuir quadro elétrico independente do prédio, com circuito próprio e disjuntor específico, devidamente identificado com a inscrição "BOMBA DE INCÊNDIO – NÃO DESLIGUE".
- 3.2.56. Também deverá ser instalado quadro de energia elétrica com disjuntor trifásico, com barramento, eletroduto rígido, cabo de energia de 10mm, o qual será alimentado do quadro que está no castelo d'água do campus.
- 3.2.57. Cada ponto de hidrante deverá possuir caixa de incêndio/abrigo para mangueira de sobrepor externa, com 75x45x17 cm, em chapa em aço com porta, pintura vermelha, e com visor com a inscrição "INCÊNDIO", suporte para mangueira e ventilação, conforme normas do Corpo de Bombeiros.
- 3.2.58. Atualmente o campus tem 11 caixa de incêndio/abrigo as quais podem ser reaproveitadas, desde que tenha condição de funcionamento e atenda as exigências do corpo de bombeiro;
- 3.2.59. Cada caixa de incêndio/abrigo deverá conter 02 (duas) mangueiras de 15 m, em fibra de poliéster, com 1½" de diâmetro, totalizando 30 m por ponto de hidrante;
- 5.2.60. As mangueiras que estão instaladas nas caixas de incêndio/abrigo e demais materiais dos pontos de hidrantes não podem ser reaproveitados;
- 3.2.61. Cada caixa de incêndio/abrigo deverá conter 01 esguicho jato regulável Tipo Elkhart, engate rápido 1.1/2" polegadas, para combate a incêndio;
- 3.2.62. Cada caixa de incêndio/abrigo deverá conter 01 registro ou válvula globo angular em latão para hidrantes em instalação predial de incêndio 45 graus, 2.1/2";
- 3.2.63. Cada caixa de incêndio/abrigo deverá conter 01 chave dupla regulável tipo storz, engate rápido 1.1/2" x 2.1/2" polegadas, em latão;
- 3.2.64. Cada caixa de incêndio/abrigo deverá conter 01 adaptador rosca x Storz 1.1/2" polegadas;

3.2.65. Cada caixa de incêndio/abrigo deverá conter 01 placa de hidrante, fotoluminescente, quadrada 20 x 20 cm em PVC 2 mm antichamas (símbolos, cores e pictogramas conforme NBR 16820);

3.2.66. Os pontos de hidrante H6 e H10, deverão ser realocados nas posições atualizadas no relatório demonstrativo do IFC, anexo a este Termo de Referência;

3.2.67. Serão ao todo 12 pontos de Hidrantes dentro do campus, mais um ponto de Hidrante de recalque na calçada da frente do campus;

3.2.68. Abaixo do ponto H11 deverá ser instalada uma caixa de transição de material (FG/PPR).

3.2.69 A partir da caixa de transição de material abaixo do ponto H11 até o hidrante de recalque o novo tubo de PPR percorrerá uma distância de aproximadamente 16 metros no final no percurso deverá ser instalado mais uma caixa de transição de material próximo a calçada da frente do campus SFS, em local que não circule pedestres, nessa mudara o tubo do material PPR para FG, depois deverá ser instalado do HIDRANTE DE RECALQUE.

3.2.70. O HIDRANTE DE RECALQUE, deverá ser instalado com uma altura de 100 cm em relação ao nível da rua, deverá conter no mínimo um adaptador rosca storz, válvula de globo angular, válvula de retenção, registro, o tubo depois da caixa de transição de material na calçada da frente do campus SFS, deverá também ser do tipo aço galvanizado, 1.1/2" polegadas, na cor vermelha, deverá também ter sinalização com placa vermelho (30x40cm) com inscrição " incêndio" na cor Branca;

3.2.71. o ponto de Hidrante H8 deverá ser instalado no piso superior acima do ponto de hidrante H9 no piso inferior;

3.2.72 O ponto de hidrante H6 foi realocados um pouco mais para frente do seu ponto origina do sistema que está desativado;

3.2.73. O ponto de hidrante novo H10 era originalmente dentro do auditório ele foi realocado para próximo a entrada do auditório;

3.2.74. O ponto de hidrante que está dentro do auditório, faz parte do sistema antigo que está inoperante deverá ser retirada e reinstalada na entrada do auditório no ponto de hidrante H10;

3.2.75. O ponto do hidrante H12 a ser instalado dentro do ginásio próximo à entrada, não existe no atual sistema de hidrantes que está desativado, deverá ser instalada uma caixa nova ali os outros pontos as caixas podem ser reaproveitadas, desde que tenha condição de funcionamento e atenda as exigências do corpo de bombeiro;

3.2.76. O sistema deverá ser entregue em perfeito funcionamento, com todos os dispositivos operacionais e os materiais devem ser novos, sendo vedado o reaproveitamento de componentes antigos devido à corrosão, exceto nos pontos descritos neste Termo de Referência e autorizados pela fiscalização do contrato;

3.2.77. A Contratada será responsável por todos os alvarás para execução do serviço;

3.2.78. Na execução do serviço deverá ser observador as descrições deste Termo de Referência, no atual projeto projetos aprovador no corpo de Bombeiros de Santa Catarina e no relatório demonstrativo do IFC, anexo a este Termo de Referência;

3.2.79. *Deverá ser emitido a built de projeto, com a aprovação no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina, com todas as adequações necessárias;*

3.2.80. Deverá ser emitida ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços.

3.2.81. serviço será pago apenas quando todos os dispositivos estiverem instalados e em funcionamento, e o projeto executivo aprovado no corpo de bombeiros do estado de Santa Catarina, Conforme o cronograma físico financeiro.

3.3. Substituição dos guarda-corpos e corrimões do campus;

3.3.1 *O IFC - campus São Francisco do Sul possui atualmente um projeto aprovado no corpo de bombeiros de Santa Catarina.*

3.3.2. Os guarda-corpos e corrimões do campus não atendem a legislação atual, deverão ser substituídos.;

3.3.3. Os corrimões devem ter altura de 90 cm e os guarda corpo devem ter altura de 110 cm, conforme legislação vigente e o projeto aprovado no corpo de bombeiro;

3.3.4. Alguns corrimões devidamente indicados em projeto devem ser prolongados em 30 cm além do limite de suas estruturas;

3.3.5. Os corrimões devem ser do tipo duplo, é continuo sem canto vivo, o diâmetro do tubo na horizontal onde corre a mão devem ter diâmetro de 50 a 65mm;

3.3.6. Os corrimões e guarda -corpos devem ser isentos de abertura, saliências, reentrâncias ou qualquer elemento que possam enganchar em roupas, devem permitir o deslocamento contínuo;

3.3.7. Os corrimões devem ser obrigatoriamente instalados em ambos os lados das escadas e rampas de acessos, devendo o lado interno ser protegido por guarda-corpo;

3.3.8. Dispensado o guarda-corpo e o fechamento quando o corrimão é instalado nas paredes;

3.3.9. Os corrimões instalados nas rampas de acessibilidade e escadas devem ser do tipo duplo, instalados dos dois lados, ter duas alturas, uma de 70 cm e outra na altura de 90 cm, ser continuo, e sem canto vivo, diâmetro do tubo na horizontal onde corre a mão deverá ter diâmetro de 50 a 65mm;

3.3.10. Os guarda-corpos e corrimão, devem ser contínuos sem canto vivo;

3.3.11. Os corrimões, devem ser afastados das paredes em no mínimo 4 CM de distância;

3.3.12. Os guarda corpos e corrimão deverão suportar a pressão de tracionamento mínima de 900N;

3.3.13. Os Guarda-corpos devem ser em aço Galvanizado de 110 cm de altura montantes tubulares de 1.1/2 " polegadas, ser espaçados de 120 cm travessa superior de 2, gradil formado por barras chatas em ferro de 32x4,8 mm, fixado com chumbador mecânico;

3.3.14. Os guarda-corpos deverão ser do tipo gradil na vertical a distância máxima entre os tubos não podem passar de 11 centímetro entre os vão, e também não pode ter distância maior que 11 centímetro de altura em relação ao piso;

3.3.15. Deverá ter um tubo interno a tubulação nas partes em que for necessário fazer as emendas de corrimão e guarda corpos, para evitar que tubo rompa na emenda;

3.3.16. Os guarda-corpos e corrimão deverão ser pintados com tinta alquídica de fundo, tipo zarcão, pulverizada sobre guarda corpo e corrimão;

3.3.17. Os guarda-corpos e corrimão deverão ser pintados pintura com tinta alquídica de acabamento, esmalte sintético brilhante, pulverizada sobre o guarda corpo e corrimão;

3.3.18 Os tubos dos guarda-corpos e corrimão deverão ter a largura máxima de 6 cm;

3.3.19. O local onde for executado o serviço de remoção e instalação dos novos guarda-corpos e corrimões deverá ser entregue limpo;

3.3.20. Caso na execução dos serviços alguma área seja suja ela deverá ser limpa e repintadas para que elas fiquem igual a antes do início da execução do serviço;

3.3.21. Na execução do serviço deverá ser observado as descrições deste Termo de Referencia, no atual projeto projetos aprovador no corpo de Bombeiros de Santa Catarina e no relatório demonstrativo do IFC, anexo a este Termo de Referencia;

3.3.22. O pagamento do serviço será somente após a execução do todo o serviço, com o projeto aprovado no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina. Conforme cronograma físico financeiro;

3.3.23. A Contratada será responsável por todos os alvarás para execução do serviço;

3.3.24. Deverá ser emitido a built de projeto, com a aprovação *no corpo de bombeiro do estado de Santa Catarina, com todas as adequações necessárias;*

3.3.25. Deverá ser emitida ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Não geração de resíduos;

4.1.2. Redução da Geração de resíduos; e

4.1.3. Reutilização de materiais;

4.1.4. Tratamento dos resíduos;

4.1.5. Disposição ambientalmente adequada dos resíduos.

4.1.6. *vem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na Resolução CONAMA n° 307 de 05 de julho de 2002 em especial:*

“Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos,

blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (Redação dada pela Resolução nº 431/11).

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04).

§ 1º No âmbito dessa resolução consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias, aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015)

§ 2º As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015)."

(...)

4.1.7. "Art. 10. Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas."; utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.8. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso: a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais; b) Cópia dos Comprovaantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata; c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a

emissão de tal licença obrigatória; e d) caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Subcontratação

4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 14% (**catorze** por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.6.1. O percentual máximo de subcontratação para a parte da obra que diz respeito ao hidrante deverá ser de 23% do valor do contrato, se individual para esse item;

4.6.2. O percentual máximo de subcontratação para a parte da obra que diz respeito ao Sistema de Alarme de combate a incêndio, deverá ser de 4% (quatro por cento) do valor do contrato, se individualizado para esse item.

4.6.3. O percentual máximo de para a parte do serviço de guarda-corpo e corrimãos deverá ser de 11% (onze por cento) do valor do contrato se individual para esse item.

4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.7.1. Fica vedado a subcontratação de atividade relacionadas aquelas constantes no conjunto de qualificação técnica;

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5 (cinco % por cento) do valor **total** da contratação.

4.12.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.18.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.18.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.18.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.19. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial[A14] .

4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.23.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.24.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.24.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.29. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas, e das 13 horas até às 16 horas. Optando pela vistoria, o agendamento deverá ser realizado junto ao Setor de Infraestrutura do campus São Francisco do Sul, através do e-mail: infraestrutura.sfs@ifc.edu.br

4.30. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.31. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme o **ANEXO VII**, para apresentar na fase de habilitação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme, documento técnico.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: conforme, documento técnico;;

5.1.4. Etapa primeira etapa, 30 dias para conclusão. Segunda etapa 30 dias após a conclusão da primeira etapa, 60 dias para concluir toda o serviço contratado.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Instituto Federal Catarinense Campus São Francisco do Sul, localizado na Rodovia Duque de Caxias Km 6, número 6628, Bairro Iperoba, São Francisco do Sul - SC;

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 08 horas até 17 horas, de segunda até sexta feira.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas, prevista no documento técnico.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características que estão detalhadas nos documentos técnicos (Memoriais Descritivos e Plantas), disponíveis no site da licitação.;

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **60 (sessenta)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.9. GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

5.9.1. Para efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 6º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI /MPOG, a Base de Administração e Apoio Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC – Campus São Francisco do Sul, quando da contratação de serviços, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

5.9.2. Para a execução da obra em epígrafe deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil disciplinadas pela Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, em especial o que segue:

5.9.2.1. “Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
- c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (Redação dada pela Resolução nº 431/11).

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04).

§ 1º No âmbito dessa resolução consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias, aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015)

§ 2º As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. (Redação dada pela Resolução nº 469 /2015).”

5.9.2.2. “Art. 10. Os resíduos da construção civil, após triagem, deverão ser destinados das seguintes formas: (nova redação dada pela Resolução 448/12)

I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; (nova redação dada pela Resolução 448/12)

II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. (nova redação dada pela Resolução 448/12)”

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período, de execução do serviço.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.22. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.23. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.24. Cabe ao gestor do contrato:

6.24.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.24.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.24.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.24.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição[A4] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1. *Cumprimento ao disposto nos Memoriais Descritivos e Plantas dos Projetos;*

7.4.2 *Cumprimento dos percentuais definidos no Cronograma de cada serviço; e*

7.4.3. *Conclusão da etapa ou sub etapa.*

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 30 (trinta) dias após a conclusão do serviço.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INPC/IBGE* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38 *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês **09** do ano de **2025**, datadas de **12/11/2025**.*

7.39. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do indicado no item 7.33 deste Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.40. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero, vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento) a[A4] 15% (quinz e por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10 % (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento) a 10 % (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2 % (dois por cento) a 20 % (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5 % (cinco décimos por cento) a 10 % (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global .

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: menor preço

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.5. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.5.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de **preços ANEXO V e VI** deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo.**

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente inscrita no CREA do Estado de Santa Catarina, em plena validade;[A22]

9.39.1. No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA do Estado de Santa Catarina, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato, conforme Art. 5º, § 2º da Resolução nº 336/89 do CONFEA.

9.39.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente;

9.41.1.2. Lista nominal dos profissionais que se responsabilizarão pela execução do objeto;

9.41.1.3. Atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto em nome da empresa licitante, sendo:

■ *Execução de rede de Hidrantes maior que 2.700m²;*

■ *Execução de alarme de incêndio maior que 2.700m²;*

■ *Execução de guarda-corpo e corrimão maior que 2.700m²*

9.41.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.43. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. Registro ou inscrição dos profissionais listados como futuros responsáveis pela execução do objeto na entidade profissional competente;

9.45.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de obra ou serviço de característica semelhante ao objeto em nome dos profissionais listados como futuros responsáveis pela execução do objeto, sendo:

■ *Execução de rede de Hidrantes maior que 2.700m²;*

■ *Execução de alarme de incêndio maior que 2.700m²;*

■ *Execução de guarda-corpo e corrimão maior que 2.700m².*

9.46. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.48.1 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.48.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, **conforme Anexo VII.**

9.48.3. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante **(Anexo VII)**

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 359.013,82 (Trezentos e cinquenta e nove mil treze reais e oitenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima e ANEXO V e VI** deste certame.*

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) *Gestão/unidade: 26422/152290;*

II) *Fonte de recursos: 1000000000 ;*

III) *Programa de trabalho: 231502 ;*

IV) *Elemento de despesa: 33.90.39-16 ; e*

v) *. Plano interno: L20RLP0100N.*

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Não Se Aplica

14. ANEXO II

Não Se Aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIO FELIPE CIPRIANO BORGES DA COSTA
Diretor de Administração e Planejamento

ADALTO AIRES PARADA
Autoridade competente

DIOGO LEINDECKER STUMM

Coordenador de Infraestrutura e Serviços

EVERTON ALCEU DE OLIVEIRA BREGINSKI

Técnico em Segurança do Trabalho